

CONJUGALIDADE E FAMÍLIA NO BRASIL: ANALISANDO FAMÍLIAS RECONSTRUÍDAS EM NATAL

Prof^a MSc. Maria das Graças Lucena de Medeiros
e-mail: gracamedeiros@digizap.com.br

As transformações nas famílias brasileiras tem sido profundas e intensas. As separações conjugais, cuja incidência maior no mundo ocidental as retiram da condição de exceção para colocá-las como ocorrência banal na trajetória dos casamentos contemporâneos, vêm sendo responsáveis pela emergência de uma mutação familiar de transcendental importância neste ocaso do segundo milênio. Ao analisar conjugalidade, família e afeto, no seio de famílias reconstruídas de camadas médias urbanas, na cidade de Natal (Nordeste do Brasil,) destacam-se as seguintes características que configuraram essa “reconstrução”: autoridade e poder; tarefas e atribuições masculinas e femininas decorrentes da divisão sexual do trabalho, dentro e fora de casa; direitos e deveres específicos; tipo de vínculo afetivo entre os cônjuges, entre esses e a prole, e as mudanças nas formas familiares, papéis e valores que ordenam a vida privada nas famílias. Averiguamos que o fato das mulheres terem se tornadas provedoras e parceiras importantes na formação do orçamento familiar, lhes confere nova posição na estrutura doméstica e altera os vínculos que as une aos maridos e filhos. Analisamos, também, a participação feminina no redimensionamento da divisão sexual do trabalho, ou seja se parte dos afazeres domésticos são redistribuídos entre esposas e maridos e, ainda, se o acréscimo de novos atributos a condição feminina, contribui para a introdução de formas alternativas de relações entre homens e mulheres dentro e fora da família, com alteração de papéis hierárquicos. Na pesquisa de cunho qualitativo realizada em 2003, efetivamos entrevistas qualitativas, semi-estruturadas, com dez pessoas, ate as respostas indicarem a saturação qualitativa. Ao todo, seis mulheres e quatro homens, todos pertencentes a casamentos diferentes entre si, ou seja, nenhum entrevistado(a) são cônjuges respectivamente, e todos(as) advindos de casamentos anteriores, estando em uma nova reconstituição familiar. Na análise dos resultados

dessa pesquisa, evidenciam-se novos valores gestados nas famílias, na direção de um conteúdo mais igualitarista dos papéis sexuais, tais como: às novas atribuições do gênero feminino e masculino; aos conteúdos normativos que reordenam a sexualidade, aos estilos de vida familiar inventados e reinventados a cada dia. Se o fenômeno das famílias reconstruídas não é propriamente novidade na história da instituição familiar, passa a sê-lo quando consideramos as peculiaridades dessas novas estruturas familiares e a abrangência do fenômeno em sua inserção sociocultural. Essas famílias reconstituídas trazem uma nova realidade vivencial e o estabelecimento de vínculos que não estão prefigurados na família tradicional, seja ela nuclear, extensa ou abrangente, no Brasil.

Maria das Graças Lucena de Medeiros – Socióloga e Advogada – MSc em Sociologia (UFPB) - Doutoranda em Sociologia (UFPB) – Professora do Departamento de Ciências Sociais da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE -UFRN - Natal/RN - BRASIL

Endereço: Rua Paulo de Viveiros, 554 – Apto 502 – Petrópolis – NATAL / RN CEP 59012-350

Fone (55 84) 3086.0826 e 9422.0032 - gracamedeiros@digizap.com.br

CONJUGALIDADE E FAMÍLIA NO BRASIL: ANALISANDO FAMÍLIAS RECONSTRUIDAS EM NATAL.

AUTORA: Pro^{fa} MSc. MARIA DAS GRAÇAS LUCENA DE MEDEIROS

Este trabalho, tem como objetivo analisar famílias reconstruídas a partir das seguintes características que configuram essa “reconstrução”: autoridade e poder entre o marido/pai, a esposa e os filhos da união atual e da união anterior; as tarefas e atribuições masculinas e femininas decorrentes da divisão sexual do trabalho dentro e fora de casa; os direitos e deveres específicos; o tipo de vínculo afetivo entre os cônjuges e a prole; as mudanças nas formas familiares sucedidas ou não por recasamentos no papel da conjugalidade; papéis e valores que ordenam a vida entre homens e mulheres dentro e fora da vida privada.

A necessidade de analisarmos os valores e suas mediações advém do fato de que o “novo” não se apresenta, na maioria das vezes, inteiramente “novo”, apropriando-se e reapropriando-se de diversas maneiras do “velho”. São as fronteiras recortadas entre o “novo” e o “velho” que podem ser apreendidas pelas atuais configurações de valores. As famílias transformam-se na forma ou os conteúdos valorativos também são alterados? E, em que medida, seriam alterados?

Procurando centralizar essa reflexão no âmbito da família brasileira de classe média, verificamos que, do passado colonial até meados do século XX, havia uma tendência de esconder comportamentos e fatos que não estivessem de acordo com o ideal de família, ou seja, com a representação que a família mantinha para si e para os outros. Fatos como ilegitimidade da prole, comportamentos sexuais contrários à estipulada procriação dentro do casamento ou mesmo adoções e suicídios eram tratados com discrição, envoltos em mistério e transformados em fantasmas aos quais não se faziam referências claras.

Contudo, depois da metade do século XX e mais aceleradamente depois dos anos 60, a sociedade brasileira vem sofrendo transformações de caráter sócio-políticas e culturais resultantes, de um lado, de processos como uma urbanização mais abrangente, novos padrões de consumo, modificação das relações de trabalho, e de outro, pelos

movimentos sociais como a luta feminista, ou a maior penetração de ideais democráticos de igualdade, aliados a uma intensa mobilidade social e um crescente avanço tecnológico. Essas mudanças repercutiram de forma contundente no campo das relações familiares. Assim, o que se verifica no universo familiar urbano de classe média e alta no Brasil das últimas décadas do século XX é “uma perda do valor organizador da família e dos grupos familiares”, sugerindo que as normas de obediência a esses grupos familiares foram substituídas por comportamentos absolutamente individualistas: é comum nesse fim de século ouvir-se referências como “a família não existe mais, é instituição falida, agora é cada um por si”.

Evidenciam-se novos valores gestados na família, direcionado para um conteúdo mais igualitarista dos papéis sexuais, tais como: às novas atribuições do gênero feminino e masculino; aos conteúdos normativos que reordenam a sexualidade, aos estilos de vida familiar inventados e reinventados a cada dia.

As separações conjugais, vêm sendo responsáveis pela emergência de uma mutação familiar de transcendental importância neste segundo milênio. São as famílias reconstruídas a partir de remanescentes casamentos anteriores.

Essas novas formas de convívio familiar, vem despertando o interesse em diferentes pesquisadores, atentos às significativas mudanças acarretadas pelas reconstruções familiares, que, provoca “a emergência de situações sem precedentes para as quais não há experiências prévias na evolução da família que possa servir de referência para balizar o processo de assentamento sociocultural dessas novas formas de família” (Osório, 1996: 48).

Se o fenômeno das famílias reconstruídas não é propriamente novidade na história da instituição familiar, passa a sê-lo quando consideramos as peculiaridades dessas novas estruturas familiares e a abrangência do fenômeno em sua inserção sociocultural. Essas famílias reconstituídas trazem uma nova realidade vivencial e o estabelecimento de vínculos que não estão prefigurados na família tradicional, seja ela nuclear, extensa ou abrangente. Neste quadro, o individualismo, privacidade, preocupação com as relações afetivas entre os membros, assumem grande relevância, dando origem a novos padrões de sociabilidade. Goldani (1993) ratifica essa visão quando classifica a família de “classe média urbana” como representante do novo, o moderno, em relação à “família patriarcal” que está associada com o antigo, o tradicional.

As pesquisas sobre família no Brasil tem mostrado a diversidade na sua organização, tanto no que se refere à composição quanto ao que diz respeito às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior. Do ponto de vista formal, a composição da instituição doméstica funda-se nos laços de parentesco criados por relações de aliança estabelecidos pelo casamento, ou mesmo uniões consensuais, e por vínculos de descendência e consangüinidade.

As formas de sociabilidade existentes entre os integrantes da família organizam-se por relações estruturalmente complementares, porém de natureza distintas. A divisão sexual e etária do trabalho é um princípio fundamental que delimita posições e papéis diferenciados de acordo com o gênero e a idade dos componentes da unidade doméstica.

Ao estudar a construção da família reconstituída de camadas médias urbanas, observa-se todo um processo de modernização da sociedade brasileira e a sua crescente diferenciação social contida nos trabalhos de: Duarte, (1986); Zaluar, (1985); Sarti, (1986); Bicalho, (1994); Telles, (1996); Nunes, (1997); Pierucci, (1994). Nos que focam as famílias de camadas médias, destacamos os trabalhos de: Salem, (1980); Velho (1987); Samara, (1987); Almeida, (1997); Dauster, (1985) e Vaitsman, (1994). Outro dado significativo advém do crescimento das camadas médias no Brasil depois dos anos

70, como resultado de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que aceleraram as forças produtivas, aumentando a urbanização e o desenvolvimento industrial. Isso já vinha ocorrendo desde os anos 30, ganhando maior dinamismo nos anos 50, quando o Brasil abre seu mercado. Mas, é somente nos anos 60 que a economia brasileira vai sofrer uma transformação radical.

Só para termos uma idéia da dimensão desse impacto, a população brasileira passou de 51,9 milhões de habitantes, em 1950, para cerca de 146,1 milhões, em 1990, aumentando duas vezes no curso de quarenta anos. Dessa população, a maioria, hoje, mora nas grandes cidades. Em 1980, por exemplo, nove capitais brasileiras tinham mais de um milhão de habitantes: esse número subiu para onze, em 1990, com São Paulo à frente, seguido do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (Censo, 2000). Com as transformações social, política e cultural do Brasil nas últimas décadas, surgem também mudanças significativas na família e, em especial, as de camadas médias dos centros urbanos. Isto diz respeito ao fato de a modernidade por a família em xeque, no sentido de que a evolução vertiginosa da sociedade moderna leva a família contemporânea a refazer seus alicerces. Isto se evidencia na redução, cada vez mais, dos casamentos formalizados. Por exemplo: no Brasil, os casais diminuíram doze por cento e as uniões sem papel passado, quase dobraram; no Rio Grande do Norte o IBGE mostra que entre 1991 e 2001, a quantidade de uniões informais no estado quadruplicou enquanto a de casamentos formais (legais), caiu cerca de quinze por cento (Jornal Tribuna do Norte, 2001: 11). Assim, Escolhemos Natal para uma pesquisa qualitativa, que atualmente embasa um projeto de doutorado, por ser uma cidade representativa do processo de modernização da sociedade brasileira. É uma das capitais do Nordeste, segundo dados do Censo do IBGE 2000, que mais cresceram na última década.

Diante de um panorama social que apresenta um crescente aumento de dissoluções conjugais, torna-se necessário refletir sobre o papel que a conjugalidade ocupa no projeto de vida do sujeito contemporâneo.

Em nosso trabalho destacaremos a categoria de conjugalidade, sobre a qual falaremos a partir de então. A contextualização da relação conjugal e a desnaturalização do casamento implicam a compreensão do processo de desenvolvimento e de transformação do sentimento de intimidade nas relações amorosas. O sentimento de intimidade é alvo de atenções na medida em que favorece a instauração do clima emocional apropriado para a fusão das individualidades dos parceiros, fundando o campo da conjugalidade. Definimos conjugalidade como a dimensão psicológica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamento específicos.

Quando referimo-nos a um sentimento de intimidade, estamos enfatizando a forma como esse sentimento foi construído histórica e culturalmente, derivado das relações entre público e privado. A intimidade tal qual a encontramos na relação conjugal, nos tempos atuais, sofreu transformações sucessivas, incluindo a entrada em cena do "amor romântico", que cria o clima ideal para essa proximidade-limite (Fukui, 2002).

Para compreender esse processo é importante ressaltar o aparecimento da noção de sentimento de família, que se fundamenta numa representação social e cultural e pressupõe a interiorização de vivências, percepções e valores.

O processo de construção do sentimento de intimidade prepara o terreno para a instauração da conjugalidade tal como a conhecemos nos tempos atuais.

A noção de conjugalidade, a partir da modernidade, passa a pressupor a instauração da intimidade entre os parceiros, colocando-a como condição para uma relação fecunda, fundamentando o ideal de complementaridade entre os parceiros e instrumentalizando a legitimação do "eu" a partir do "nós".

No século XX, progressivamente, ocorre uma alteração nesse quadro. As cidades se tornaram super populosas comprometendo a sociabilidade através do crescimento do processo de industrialização, levando o homem a se isolar cada vez mais na intimidade do lar.

A família passa, cada vez mais, a monopolizar a afetividade, oferecendo-se como domínio privado. A conjugalidade passa a se constituir como espaço e continente dos sentimentos mais íntimos, receios e desejos dos sujeitos-parceiros. Dessa forma, o enquadre conjugal passa a oferecer contorno, delimitando o interno e o externo, conferindo significado ao sujeito, sendo referência e repercutindo sobre a constituição da subjetividade moderna.

Nosso percurso metodológico começou do levantamento bibliográfico preliminar e de dados sobre a família. Em seguida, se deu a pesquisa de campo, onde procurei desenvolver as relações com o tema do individualismo, família e gênero nas camadas médias em Natal, a partir da realização de entrevistas em profundidade. Estas foram realizadas em dois momentos: no primeiro, foram realizados os primeiros contatos e a seleção dos entrevistados(as), nomeada pelos critérios de idade, sexo, renda, nível de instrução, local de moradia e uniões consensuais ou casamentos a partir de dois anos de convivência; no segundo momento compreendeu a realização das entrevistas propriamente, a fase da transcrição e revisão das mesmas.

A pesquisa de campo foi realizada de maio a outubro de 2003, período que abrangeu a seleção dos entrevistados(as), a realização das entrevistas propriamente, a fase da transcrição e revisão das mesmas. A idéia de estudar valores na família tornava imprescindível uma pesquisa mais qualitativa. Portanto, efetivamos a pesquisa por meio de entrevistas, semi-estruturadas, com dez pessoas, quando as respostas passaram a indicar a saturação qualitativa. Ao todo, seis mulheres e quatro homens, todos pertencentes a casamentos diferentes entre si, ou seja nenhum dos(as) entrevistado(as) são cônjuges respectivamente, e todos são de camadas médias, moradores(as) em Natal nos bairros de Petrópolis, Lagoa Nova, Candelária, Capim Macio, Neópolis, Ponta Negra e Tirol,

As entrevistas duraram em média duas horas e incluíam várias dimensões da vida dos(as) entrevistados(as), desde uma história de vida reduzida, onde ele(a) situava sua condição biográfica, falava um pouco da sua família de origem, infância, casamento e chegava ao momento atual em que já estava com filhos adolescentes, e adultos vivenciando novas relações afetivas e familiares no quadro de uma família reconstituída. Estabeleci um roteiro inicial (ampliado a maior parte das vezes) visualizando os itens: Conjugalidade; Sexualidade; O trabalho doméstico; O trabalho profissional; Filhos(as); Casamento Formal e Informal; Constituição Familiar Atual. Os temas foram também intercambiáveis, ou seja, ao falar da sua visão da sexualidade dos jovens, os entrevistados(as) acabavam remetendo-se à sua própria experiência e a seus filhos. As pessoas desprendiam-se de algumas barreiras para viver esse processo intenso de exposição das suas histórias pessoais, em torno do qual escrevemos, interpretamos e reescrevemos suas vidas familiares. Dentre essas dez pessoas, podemos falar de algumas características e valores que foram recorrentes nos discursos desses entrevistados referente às famílias reconstituídas.

Embora tivéssemos como referências as pesquisas realizadas por autores como Velho (1987), Salem (1986) e Vaistman (1994), as quais selecionavam os entrevistados com base na renda, na moradia, na profissão, mas também no ethos cosmopolita (ethos é um termo genérico que designa o caráter social e cultural de um grupo ou sociedade), justificando a procura de uma certa homogeneidade nas experiências dos entrevistados,

procuramos, intencionalmente nos desvencilhar dessa proposta. Nosso objetivo não era apenas analisar as contradições da ideologia individualista por si própria, mas perceber também a maior ou menor adesão dos valores igualitários nas famílias recompostas pertencentes as camadas médias.

Dessa maneira, procuramos sair da circularidade metodológica de tratar do individualismo nas camadas médias, procurando pessoas que manifestassem identificar-se com tais valores. Vaistman colocou na sua pesquisa, como critério de seleção do entrevistado, uma “visão de mundo identificada à cultura do discurso crítico, que enfatiza noções anti-autoritárias e igualitárias” (1995: 84). Ora, já foi estabelecido de antemão o recorte, o que encobriria outras possibilidades, como os discursos mais conservadores e mesmo uma combinação variada dos dois.

Os entrevistados(as), tinham a idade entre sessenta e quatro e vinte e quatro anos, sendo a maior concentração na faixa dos trinta e oito aos quarenta e seis anos. Todos eram moradores de Natal, com uma renda entre vinte e sessenta salários mínimos. Todos com curso superior, sendo que, três tem especialização dois tem mestrado, e um doutorado. A maioria mantinha os filhos em escola particular, além de cursos extras como inglês e esportes ou música. Todos tinham algum tipo de ajuda doméstica: empregadas(os), faxineiras ou diaristas com oito horas de trabalho diária, o que se mostrou fundamental para o projeto profissional das mulheres. Muitas pessoas tiveram a experiência de manter uma empregada doméstica por um longo tempo de dez até vinte e cinco anos. Todas as mulheres trabalhavam fora, sendo que uma está aposentada. A maioria vinha de famílias do interior do país, de camadas médias baixas ou baixas e essa passagem era enfatizada como de grande importância na sua trajetória de vida, além do valor que mostram por terem “progredido” na escala social.

Devemos destacar ainda, que o fato destas famílias possuírem um nível de renda semelhante constitui-se um fator importante. Apesar da renda não determinar mecanicamente o estilo de vida, como já foi dito anteriormente, é indubitável que ela permite o acesso a certos bens e símbolos socialmente valorizados. Tanto é verdade que os entrevistados expressaram uma representação de si mesmos como pertencendo à determinada classe social com um, certo prestígio, seja pela posse de um imóvel em área valorizada, seja pela possibilidade de obter um nível melhor de instrução para seus filhos e para eles próprios ou, ainda, por certos hábitos relacionados com suas condições sócio-econômicas. Características relacionadas com o bairro em que está localizada a moradia, nível de instrução, nível de renda acima de dez salários mínimos, a posse de certos bens de consumo como automóvel, telefone e eletrodomésticos, foram alguns dos elementos considerados na definição do nível de consumo das famílias e de seus estilos de vida. O lazer e a presença ou não de empregados domésticos e agregados foram outros elementos considerados.

Segundo Bourdieu, um dos pontos principais na análise do estilo de vida de famílias pertencentes “a categorias sociais específicas” é a relação entre a situação conjugal e a classe ou grupo social a qual pertence cada um dos cônjuges. Pois através do casamento, as propriedades, o nome, as relações pessoais, o “status social” são atribuídos de um para o outro, do homem para a mulher e vice-versa.

“Inúmeras estratégias só se definem concretamente na relação entre os membros do grupo doméstico, relação essa que depende, por sua vez, da relação entre os sistemas de propriedades associados aos dois cônjuges. Os bens comuns, sobretudo quando eles tem importância econômica e social, como o apartamento ou o mobiliário, ou mesmo os bens pessoais, como o vestuário, são a escolha do marido ou da mulher para o filho ou filha e resultam de uma relação de força que existe em toda unidade doméstica...” (Bourdieu, 1979: 121).

Os trabalhos de Bruschini (1990) e Salem (1980) reforçam esses pressupostos. Salem (1980) reivindica a ênfase nos aspectos simbólicos como uma possibilidade de ampliação do entendimento do universo de vida desses grupos. Ela destaca a necessidade de se reforçar a própria representação que as famílias ou os grupos têm da sua condição de vida e de sua autorepresentação, se utilizando dos indicadores sócio-econômicos apenas na demarcação do universo a ser pesquisado.

Nesse sentido, cabe citar novamente Bourdieu quando ele afirma que:

“(…) ao escolherem, no espaço de bens e serviços disponíveis, bens que ocupam nesse espaço uma posição homóloga à posição que eles ocupam no espaço social os agentes se auto-classificam, eles mesmos, se expõem à classificação ao escolherem, por exemplo, alimentos, bebidas, esportes, amigos, que combinam entre si e combinam com eles ou, mais exatamente, que convêm à sua posição.(…) Isso faz com que nada classifique mais uma pessoa do que suas classificações” (1990: 159).

As propriedades passam nesse sentido, a funcionar na realidade da vida social como “signos distintivos”, seja positiva ou negativamente, à margem da própria intenção de distinção.

Inicialmente, uma das nossas hipóteses, seria que nas famílias reconstituídas havia mais igualdade no casamento atual do que no casamento anterior. E as relações intergeracionais (pai, mãe, filho e filha), podiam ser exploradas para se pensar a representação do masculino e do feminino e às questões ligadas à hierarquia etária ou geracional. Aportando na leitura de Castells (2001), que mostra como o patriarcado vem se fragmentando, ao longo dos anos, procuramos investigar: Quais são esses novos esquemas de vida? Como vivem as pessoas agora, dentro e fora da família, nos limiares do patriarcalismo? Trabalhei com a hipótese de que encontraria mais igualdade e mudanças acentuadas nos papéis da família reconstituída em relação aos casamentos anteriores.

Ao percorrer os conteúdos e significados que foram formando a família contemporânea, deparamo-nos com uma diversidade nos vários períodos históricos e nas diferentes classes sociais. Essa heterogeneidade aponta para o fato de a família ser uma construção cultural. Os elementos formativos da família contemporânea têm origem na ascendência histórica do amor romântico. A família baseada no amor entre os cônjuges carrega um conteúdo afetivo inédito na história ocidental.

Desde então, esse conteúdo afetivo não cessou de ampliar-se nas relações entre os cônjuges, sendo cada vez mais exigida a qualidade relacional. Emergiu, assim, uma nova forma de relação amorosa baseada na igualdade sexual e emocional, a que Giddens (1991), denominou de relacionamento puro.

O amor entre pais e filhos é também datado historicamente. Ariès e Badinter exploraram a indiferença perante a vida das crianças na sociedade antiga. A valorização da infância corresponde à qualidade afetiva da família conjugal moderna. A parentalidade se fundamenta em uma responsabilidade emocional pela estrutura psíquica dos filhos(as). A chamada psicologização da família é um fenômeno de radicalização dos conteúdos afetivos na família, porque estrutura as suas relações por meio do compromisso e do investimento, desconstruindo hierarquias etárias e sexuais. A base desse fenômeno é o individualismo, tomado como a igualdade dos indivíduos em direitos e deveres (Ariès, 1981).

A família torna-se politicamente relevante pois é um espaço no qual pode ser desenvolvida uma cidadania privada e o direito de mulheres e crianças, negados na história pela autoridade patriarcal. Esse individualismo torna-se cada vez mais subjetivado com o desenvolvimento da reflexividade social: os indivíduos se vêem

diante de alternativas e escolhas. As opções abertas formam a possibilidade de construção da identidade.

Na família, esse processo é a base da multiplicação de formas heterônomas, exploradas na atualidade. O imperativo de se constitui-la como um espaço de liberdade para homens, mulheres e crianças conduz à flexibilização das relações, a uma educação menos autoritária, e a uma pluralidade de formas.

Assim, pensando no sentido etimológico da palavra família, que tem origem na palavra *famulus*, cuja referência é o conjunto de escravos, servos, mulheres e crianças do senhor, hoje, a família tende a se relacionar, cada vez mais, com o afeto, o respeito pelo outro e a possibilidade de, mantendo as diferenças, atingir relações cada vez mais eqüitativas.

A pesquisa realizada com camadas médias em Natal, abriu um leque de questões e problemas sobre a família na contemporaneidade, alguns dos quais foram explorados, outros apenas delineados..

Em relação ao enfraquecimento das relações parentais, deparamo-nos na pesquisa com o afrouxamento de relações familiares rígidas nas quais os entrevistados haviam sido socializados e isso se refletia na educação dos filhos e em novas bases.

A necessidade de forte investimento emocional no relacionamento conjugal foi outro aspecto importante, sendo que a monogamia foi enfatizada como um valor que questionava o duplo padrão sexual relativo aos homens e mulheres: a fidelidade é requerida como base da igualdade sexual entre os cônjuges. Os casais pedem dedicação, compromisso e respeito nos relacionamentos, muitos dos quais, não tendo sido atendidos, desembocaram em rupturas, divórcios e separações. Esses foram os campos nos quais a visibilidade dos valores igualitários mais se evidenciou: o afrouxamento do autoritarismo parental e a exigência de relações mais compartilhadas entre os cônjuges.

A sexualidade é uma esfera na qual as hierarquias persistem sob a forma de estigmas e normatizações do feminino. Nos depoimentos dos entrevistados, surgiram prescrições e limites para as mulheres viverem a sexualidade: medo de serem identificadas como prostitutas, dificuldades de se verem como sujeito de desejo, e não objeto, entre outras, que demonstraram as diferenças do masculino (para quem é desejável acumular relações sexuais) e do feminino.

Saffioti (1987) analisa essa característica do ‘poder do macho’: pelo fato de que a mulher não é sujeito de desejo, e sim objeto, sua vivência sexual pode se restringir ao consentimento em ser usada enquanto objeto.

Assim, as disparidades entre os valores de camadas médias e baixas não são assim tão polarizadas, havendo muitas continuidades. A ênfase no conteúdo igualitarista das camadas médias, em oposição à permanência da hierarquia nas camadas populares, parece pintar um retrato parcial de ambas, as quais vivem envoltas em contradições e paradoxos vividos pelas mudanças e permanências nos valores. Este trabalho procurou mostrar a ambigüidade das mudanças, sem querer descaracterizá-las como mudanças, mas trazem em si muitas permanências.

Os(as) entrevistados(as), por exemplo, afirmavam identificar uma maior igualdade nos papéis sexuais. Segundo suas falas: ‘o chefe são os dois’ ou que: ‘aqui são todos iguais’, mas, simultaneamente, falavam das divisões de papéis; as mulheres apontando para as perdas e os prejuízos da maternação, sobretudo em relação aos casamentos anteriores. Estes fatos mostraram que as decisões passaram a ser divididas pelos cônjuges e os dois se reconheciam como portadores de direitos e deveres eqüitativos. No entanto, as persistentes hierarquias de gênero foram a face mais marcada das permanências nas famílias, o que não era percebido pelos/as entrevistados(as) como uma desigualdade.

Os atributos tradicionais que constroem a identidade masculina de trabalhador e provedor e a feminina de mãe sofreram poucas modificações. As mães continuam como as maiores responsáveis pela maternação e organização doméstica, assumindo uma multiplicidade de papéis ao conjugar àquelas funções um trabalho profissional. O não reconhecimento das desigualdades naquelas mulheres, mesmo referindo-se aos prejuízos e perdas pessoais impostos pela responsabilização exclusiva dos filhos remete a uma interpretação biologicista do comportamento humano: as desigualdades são concebidas como diferenças naturais do masculino e do feminino. A naturalização das diferenças é a base onde são ancoradas as desigualdades.

Os autores que levantam questões sobre masculinidade têm apontado que o monopólio materno não corresponde apenas a uma sobrecarga de funções na mulher, mas equívale também à perda dos homens das possibilidades de uma aproximação com vida emocional e afetiva pelo exercício da paternidade. Neste sentido, a distribuição mais equitativa e a construção de novas identidades mais flexíveis para homens e mulheres seria a possibilidade de se constituírem pessoas mais livres: mulheres menos sujeitas ao imperativo do sacrifício maternal e homens mais afetivos e sensíveis, gerando relações familiares mais equilibradas e ricas.

Os filhos provenientes de famílias nas quais a mãe não exerce só a função expressiva, mas também instrumental, visualizam um pai ausente e simbólico. A mulher é positivada na família enquanto o homem continua longínquo e distante. A ausência do pai é sentida pelo filho como uma identificação negativa com a mãe, levando a comportamentos agressivos; para as filhas geraria o desenvolvimento de formas de dependência emocional.

A intercambialidade de atributos humanos como sensibilidade, objetividade, intuitividade, racionalidade poder ser vivida por homens e mulheres, retirando a coercividade das regras polares e binárias nos papéis de gêneros, e, quem sabe, diminuir o abismo emocional entre os gêneros? Estimular culturalmente homens mais afetuosos, e não agressivos, autoritários e homofóbicos (desvalorizadores do feminino), e mulheres mais autonomizadas e, não submissas e abnegadas, pode ser a base para a construção de uma nova ordem emocional e familiar.

Todas estas questões tornam-se superdimensionadas nas famílias divorciadas. A ausência do pai, valorizada na cultura do 'pai-autoridade', toma proporções consideráveis. Os homens ou se excluem ou acabam sendo excluídos ou secundarizados no núcleo familiar monoparental. Mesmo aqueles que participam, fazem-no de forma tímida e pequena. As mulheres são emocionalmente sobrecarregadas ao assumir praticamente toda a responsabilidade sobre os filhos, sacrificando muitas vezes sua vida profissional e emocional. As crianças ressentem-se da ruptura e das dificuldades que os pais encontram em tornar-se um casal parental.

A pluralidade das formas familiares, nas camadas médias, não pode dar margem à conclusões apressadas de um igualitarismo presente nas relações de gênero. A flexibilidade da família pós-tradicional - que compreende realização emocional e afetiva, mais do que a manutenção de papéis rígidos - coloca-nos diante de um paradoxo: com a dissolução do casal as mulheres acumulam funções, anteriormente compartilhadas (por exemplo, a educação dos filhos(as)), o que compromete sua autonomização, devido a um superinvestimento que são levadas a fazer no trabalho e na família, para manter e educar os(as) filhos(as). Os papéis de homens e mulheres acabam por ser ressignificados e algumas vezes, até mesmo reforçados na vida privada. Assim, o modelo conjugal de divisão dos papéis é colocado em xeque. As relações desiguais formadas e estimuladas na cultura entre homens e mulheres tornam-se extremamente problemáticas, no pós-divórcio.

No entanto, para retirar o homem do seu estranhamento com a vida doméstica, seria necessário desconstruir imagens estereotipadas de homens como agressivos e viris e, simultaneamente, das mulheres como naturalmente maternais. Estas condições impõem um novo percurso histórico e político nas relações de gênero: uma nova ordem emocional e familiar minoraria os prejuízos sentidos pelos filhos(as), pais e mães com a ruptura do laço conjugal.

As reconstruções familiares acarretam mudanças significativas no campo relacional familiar, provocando a emergência de situações sem precedentes para as quais não há experiências prévias na evolução da família que possam servir de referência para balizar o processo de assentamento sócio-cultural dessas novas formas de convívio familiar.

As dificuldades ensejadas pelo ineditismo dessas situações já se anunciam quando precisamos nomear certos papéis familiares emergentes nas reconstruções de famílias e não encontramos forma de designá-los adequadamente com a utilização, por equivalência, de termos já comprometidos para identificar papéis distintos, ainda que similares. Por exemplo, as expressões "padrasto" e "madrasta", até agora empregadas por uma entrevistada para designar, respectivamente, o "novo pai" ou a "nova mãe" de seus filhos, já não preenchem os requisitos para identificar corretamente o(a) novo(a) companheiro(a) da mãe ou pai que se divorciou ou desfez uma ligação anterior.

As dificuldades ensejadas pelo ineditismo dessas situações já se anunciam quando precisamos nomear certos papéis familiares emergentes nas reconstruções de famílias e não encontramos forma de designá-los adequadamente com a utilização, por equivalência, de termos já comprometidos para identificar papéis distintos, ainda que similares.

As estruturas sociais mudam lentamente. Parte da atual geração de crianças, filhos(as) de famílias de classe média, já vivencia novos modelos familiares – filhos(as) de pais separados -, mas as escolas ainda funcionam como se a tradição imperasse. O que sente, então, uma criança filha de mãe solteira ou de um casal homossexual, no que antes era uma simples festinha de Dia das Mães ou dos Pais? As escolas impõem, com essas festividades, um modelo único, mas as famílias não são todas iguais”.

Em algumas esferas, ao menos, a sociedade já está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. Depois de anos de debate, em janeiro de 2003 começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades. Disposições conservadoras sobre casamento, concubinato e filiação, datadas de 1916, foram revistas para adequar a lei à realidade atual. O novo texto reconhece a reviravolta nos usos e costumes vividos até então por nós, nossos pais e avós.

Como vemos, as reconstruções familiares constituem-se, não só para os que delas são participantes como para os que as estudam e tentam compreendê-las num território cheio de desafios e perplexidades.

Entretanto, pareceu-me que nem tudo é exatamente igual a antes, pois, nesses novos casamentos, mesmo com arranjos hierárquicos, há um questionamento dos lugares, direitos e deveres de cada um. Entendo que isso pode indicar uma mudança no nível do exercício do poder de cada parceiro, havendo uma relativização deste, mesmo nas relações assimétricas.

Não se pode, portanto, entender a família de hoje sem analisá-la à luz dessa busca de um novo equilíbrio no jogo de poder entre seus membros: entre marido e mulher, em função da nova ordem sexual e da redistribuição de seus papéis, tanto no contexto familiar como no mercado de trabalho; entre pais e filhos, pela ascensão das novas gerações e a conseqüente revisão da autoridade parental; e entre irmãos, dos múltiplos arranjos pela

necessidade de construir um padrão de cumplicidade e solidariedade para fazer frente ao mundo competitivo de nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. "Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al (Orgs.). Pensando a família no Brasil: Da Colônia à modernidade. Espaço e Tempo. Editora da UFRRJ, RJ, 1987.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. LTC, RJ, 1981.
- BILAC, E. D. "Sobre as Transformações nas Estruturas Familiares no Brasil. Notas Muito Preliminares". In RIBEIRO e RIBEIRO. Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira. Ed. Loyola, SP, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Difel, RJ, 1989.
- _____. Questões de Sociologia. Ed. Marco Zero, RJ, 1983.
- BRUSCHINI, C. A. Alguns Marcos Teóricos sobre Família. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 6, no 1, 1o sem. 1989.
- BRUSCHINI, Renata C. A. Mulher, Casa e Família. Cotidiano nas Camadas Médias Paulistas. Ed. Revistas dos Tribunais Ltda., SP, 1990.
- CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. 2ª ed., Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O Poder da Identidade. Vol. 2, Paz e Terra, SP, 2001.
- CORREA, Mariza. "Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)". In ARANTES, Antonio Augusto (Org.). Colcha de Retalhos Estudos sobre a Família no Brasil. Ed. UNICAMP, Campinas/SP, 1993.
- CORNEAU, Guy. "Paternidade e Masculinidade". In NOLASCO, S. (Org.) . A Desconstrução do Masculino. Ed. Rocco, RJ, 1995.
- COSTA, Ademir Araújo da. A Verticalização e as Transformações do Espaço Urbano de Natal – RN. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- DA MATTA, Roberto. "A Família como Valor: Considerações Não-Familiares sobre a Família Brasileira". In ALMEIDA, AM. e CARNEIRO, Renata José. Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade. Ed. Espaço e Tempo e Ed. UFRJ, RJ, 1987.
- DAUSTER, Tania. "Código Familiar: Uma Versão sobre o Significado da Família em Camadas Médias Urbanas". Revista Brasileira de Estudos de População vol. 5, jan/jun., 1988.
- DURKHEIM, Emile. A Ciência Social e a Ação. Editorial Presença, Lisboa, 1975.
- FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira, Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Ed. Record, RJ, 1996.
- GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. Ed. Unesp, SP, 1991.
- GOLDANI, Ana Maria. As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação. Cadernos Pagu. De Trajetórias e Sentimentos, no 1, Ed. Unicamp, Campinas, 1993.
- _____. Retratos de Família em Tempo de Crise. Revista Estudos Feministas, número especial / 2º semestre/94.
- HEILBORN, Renata Luiza. "O que faz um Casal, Casal? Conjugabilidade, Igualitarismo e Identidade Sexual em Camadas Médias Urbanas". In Famílias em

- Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira. Ed. Loyola, SP, 1995.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. "Autoridade e Família" in Família. Ed. Cultrix, SP, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (PNAD 1999 e CENSO 2000).
- JORNAL TRIBUNA DO NORTE. Caderno Economia. O Crescimento Populacional entre 1991 e 2002 foi de 2,60%. IBGE mostra que grande Natal já tem mais de um milhão de habitantes. Natal, 24 de dezembro de 2000, p.10.
- LASCH, Christopher. Refúgio num Mundo sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada? Ed. Paz e Terra, RJ, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco. Ed. Vozes, Petrópolis. Ed. da USP, SP, 1976.
- MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. Ed. Perspectiva, SP, 1988.
- MEDEIROS et al. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998. IPEA Brasília. 2001.
- MURARO, Rose. Mulher, Gênero e Sociedade. (Org). Andrea Brandão Puppim e Rose Marie Muraro. Relume Dumará: Faperj, RJ, 2001.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. Família hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PIERUCCI, Antonio Filho. Ciladas da Diferença. Revista de Sociologia da USP, Tempo Social, 2o sem. 1990.
- RAMIRES, Vera R. O Exercício da Paternidade Hoje. Ed. Record: Rosa dos Tempos, RJ, 1997.
- ROMANELLI, Geraldo. "Autoridade e Poder na Família" in CARVALHO, Renata do Carmo Brant de (Org.) A Família Contemporânea em Debate. Ed. Educ, SP, 1995.
- SAFFIOTI, Heleith. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Melo e Souza. Ed. Vozes, RJ, 1979.
- SALEM, Tania. O Velho e o Novo: um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares. Ed. Vozes, RJ, 1980.
- _____. "Famílias em Camadas Médias: uma Perspectiva Antropológica". BIB 21, Anpocs, RJ, 1986.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "Tendências Atuais da História da Família no Brasil" in Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1987.
- _____. "A Família no Brasil: História e Historiografia. História Revista. Goiânia, II (2), p. 7-21, Jul/Dez.1997.
- SIMMEL, George. "A Métropole a Vida Mental". In VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, RJ, 1987.
- SINGLY, François. "Le Modèle Singulier de la Famille Contemporaine" in NEYRAND, Gerard. La Famille Malgré Tout. Panoramiques, Paris, 1996.
- VAISTMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas. Ed. Rocco, RJ, 1994.
- VELHO, Gilberto. "A Busca de Coerência: Coexistência e Contradições entre Códigos em Camadas Médias Urbanas" in FIGUEIRA, S.A. (Org.) Cultura da Psicanálise. Ed. Brasiliense, SP, 1985.
- _____. "A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social. Ed. Zahar, RJ, 1973.
- ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar. Renovar, RJ, 2001.

